

CONTRA-PROPOSTA DE REFORMA ACADÊMICA DA FE/G

*Aprovada pela Congregação da Unidade
em 20 de março de 2019.*

INTRODUÇÃO

O presente documento é o resultado de amplas discussões a respeito do que a comunidade da FE/G entende como princípios norteadores de uma reforma acadêmica. Tais discussões foram abertas a toda comunidade, tanto em instâncias oficiais (Congregações extraordinárias) como em assembleias docentes. O grande consenso oriundo dessas discussões é que a visão que a comunidade da FE/G tem sobre a UNESP, bem como seu papel junto à sociedade, diverge significativamente da visão da atual Reitoria. Esta diferença de visão – de resto, fundamental – é, portanto, o ponto de partida da discussão sobre a reforma acadêmica aqui apresentada.

O documento é estruturado em sete partes. Na primeira, são apresentados os elementos norteadores de uma reforma acadêmica, tendo como base os princípios, missão e visão de futuro da UNESP consolidados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2009) . Na segunda parte, discutem-se os danos que os dois ciclos de expansão causaram sobre a sustentabilidade da UNESP e o que uma reforma deveria considerar para revertê-los. A parte 3 é dedicada à degradação das condições de trabalho dos servidores públicos da universidade e o impacto dessa degradação tanto na qualidade dos serviços públicos prestados pela UNESP e quanto na sua própria sustentabilidade. Em grande medida decorrente do discutido na parte 3, práticas pedagógicas e aprendizado dos estudantes na faixa etária de ingresso no ensino superior são abordados na parte 4. A necessidade de uma estatuinte que reconheça o papel fundamental das unidades e departamentos e, principalmente, o protagonismo dos conselhos de curso (de graduação e de pós-graduação) são discutidos na quinta parte, bem como o protagonismo dessas instâncias num contexto de reforma acadêmica . Na sexta parte são reafirmados os valores, missão e visão de futuro da UNESP associadas a uma reforma acadêmica socialmente referenciada, sendo que na sétima e última parte são sumarizadas as premissas para orientar essa reforma.

1. ELEMENTOS NORTEADORES DA REFORMA ACADÊMICA

Os princípios, a missão e a visão de futuro da UNESP, estabelecidos no PDI 2009¹, devem nortear qualquer proposta de reforma acadêmica. Mais ainda, *seus princípios e missão devem ser considerados pétreos* na reavaliação do PDI ora em curso, *só podendo ser modificados por assembleia geral* especificamente constituída para este fim.

De acordo com o estabelecido no PDI 2009, “a UNESP tem como objetivo permanente a criação e transmissão do saber, da arte e da cultura (...)”. Este objetivo se desdobra nos seguintes princípios:

1. “Criar, preservar, organizar e transmitir o saber, a arte e a cultura por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária”;
2. “Defender a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”;
3. “Oferecer ensino público gratuito, laico e de qualidade; formar cidadãos críticos e capacitados para o exercício da pesquisa e das diferentes profissões”;
4. “Respeitar a liberdade intelectual, o pluralismo das ideias, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social.”

À luz destes elementos norteadores, fica evidente que um projeto de reforma acadêmica, bem como de reavaliação do PDI, deve ser:

- *Comprometido com a autonomia universitária* (princípio 2 do PDI);
- Um *projeto de universidade* construído democraticamente, não um mero desdobramento de *projeto de gestão com visão específica e unilateral* (princípio 4);
- Socialmente referenciada, *entendendo a sociedade e suas demandas de modo amplo*, sem limitá-la ao mercado, mas reconhecendo-o como parte dela (princípios 1 e 3);
- Construída com base nas *necessidades de aperfeiçoamento das atividades-fim* da UNESP, sem, no entanto, servir de *instrumento de contenção de investimentos* no exercício das atividades-fim (princípios 2 e 3);
- Avaliada em relação aos *recursos financeiros necessários* no curto prazo para sua implementação e em relação às potenciais economias de curto, médio e longo prazo advindos de sua implementação (princípio 2);
- *Socialmente comprometida com a oferta de ensino superior público e gratuito*, sem servir de pretexto para cobrança de mensalidades como alternativa de financiamento (princípio 3).

Tem-se, portanto, como primeira premissa para a reforma acadêmica:

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESP 2009-2018. Disponível em <http://ape.unesp.br/pdi2019-2028/pdf/pdi2009.pdf>. Acesso 18/12/2018.

Premissa 1: A reforma acadêmica deve ser norteada pela missão e princípios elencados no PDI 2009, entendidos como cláusulas pétreas.

2. IMPACTOS DOS CICLOS DE EXPANSÃO NA SUSTENTABILIDADE DA UNESP

Qualquer que seja a natureza da reforma que se queira propor, é imperativo analisar criticamente os erros e acertos do passado antes de planejar e estabelecer rumos futuros. Para uma reforma acadêmica na UNESP, esta análise deve enfatizar os dois ciclos de expansão (2003-2005 e 2012-2014). Dados do anuário estatístico da UNESP² mostram que, ao final do primeiro ciclo de expansão, em 2005, havia 30.507 alunos matriculados (graduação e pós-graduação), contra 25.738 matriculados em 2002, o que representa um aumento de 18,5%. Tomando-se os valores das despesas anuais disponíveis no anuário estatístico e corrigindo-os pelo IGP-M³, pode-se notar que, ao fim do primeiro ciclo de expansão, havia aproximadamente R\$48.000 de recurso público disponível por aluno, enquanto que em 2002, havia R\$61.500 por aluno. Para efeito de comparação, em 1997, no início da série histórica dos dados disponíveis no anuário, havia R\$76.300 por aluno. Esses dados (Fig. 1) mostram muito claramente que, embora fomentado inicialmente por interesses do próprio governo do Estado e, pontualmente, por outros agentes públicos, o primeiro ciclo de expansão da UNESP se deu sem a devida contrapartida de recursos públicos.

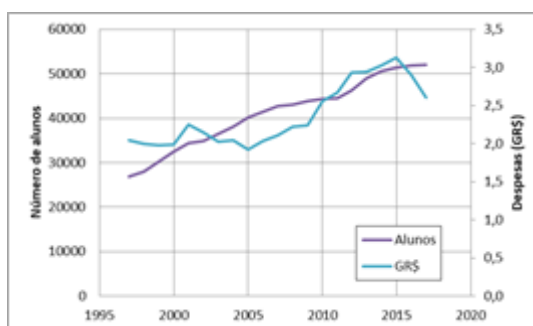


Fig.1(a). Evolução das despesas e do número de alunos matriculados

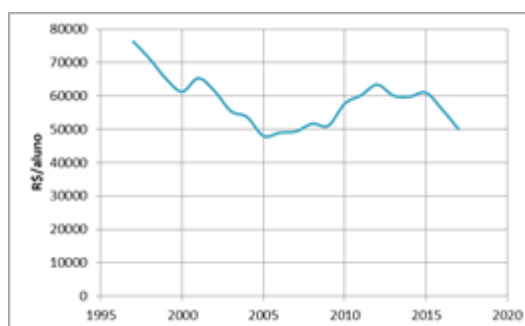


Fig. 1(b). Recursos disponíveis por aluno matriculado

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP

Análise semelhante para o segundo ciclo de expansão seria mais complicada devido à variedade de fatores, tais como a transferência do HC de Botucatu para a Secretária de Saúde, a elevada arrecadação de ICMS advinda de ciclo de acelerado crescimento econômico nacional entre 2009 e 2013 e o cenário recessivo dos últimos quatro anos. Ainda assim, é bastante evidente que o número de alunos matriculados teve crescimento quase constante (aproximadamente 870 alunos/ano entre 1997-2017).

² Anuário Estatístico da UNESP. Disponível em <https://ape.unesp.br/anuario/>. Acesso 18/12/2018.

³ Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso 18/12/2018.

O quadro de servidores docentes (SD) ativos, por sua vez, apresentou ligeiro crescimento até 2014, quando o congelamento de contratações fez o quadro decrescer rapidamente, atingindo o mesmo patamar de 2005. Já o quadro de servidores técnicos-administrativos (STA) ativos vem diminuindo (Fig. 2a), sendo que o número de alunos por servidor tem crescido significativamente (Fig. 2b). Ao final do primeiro ciclo de expansão, havia 12 alunos por servidor docente e 6 alunos por servidor técnico-administrativo, crescimentos de 8,4% e 19,5%, respectivamente, em relação a 2002. Atualmente, são mais de 15 alunos por docente e quase 9 alunos por técnico-administrativo, crescimentos de 87% e 152%, respectivamente, em relação ao início da série histórica. Como é evidenciado pela Fig. 2b, nenhum dos ciclos de expansão teve como contrapartida o aumento do quadro de servidores.

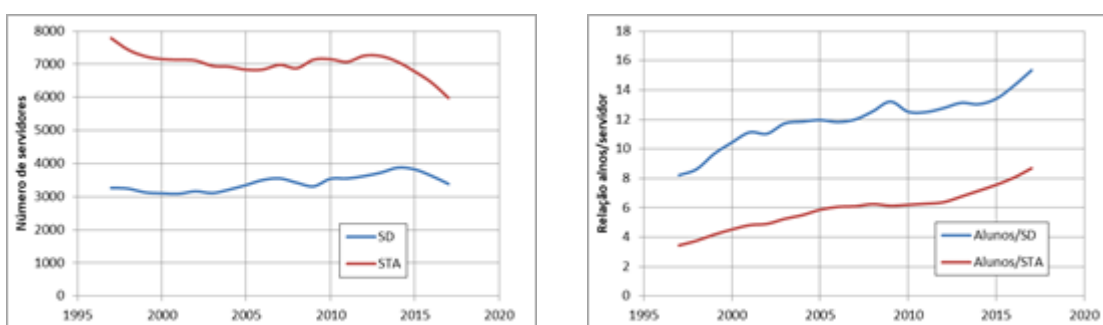


Fig.2(a). Evolução do quadro de servidores Fig. 2(b). Número de alunos por servidores

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP

Segundo o *Times Higher Education*⁴, “uma baixa razão estudante-professor pode ajudar os estudantes a cultivarem uma relação mais próxima com seus professores, ter acesso mais rápido aos pareceres de avaliações e se envolverem mais em seminários e discussões interativas” (tradução livre). Das 10 primeiras colocadas no ranking THE⁵, o *Imperial College London* apresenta a maior razão estudante-professor (11,7), enquanto que a *Yale University* apresenta a menor (5,2). A razão média das 10 primeiras é 7,4 alunos por professor. Claramente, a relação de quase 15 alunos por docente da UNESP a coloca na contramão das melhores práticas do mundo nesse sentido e os ciclos de expansão contribuíram fortemente para essa situação.

Pode-se concluir que a falta de financiamento público para esta expansão é um dos fatores da crise de sustentabilidade financeira da UNESP. Embora o PDI 2009 proponha como uma das ações “fazer gestões junto ao Governo e à Assembleia Legislativa, visando ao aumento real

⁴ Top universities with the best student-to-staff ratio 2018, THE World University Rankings. Disponível em <https://www.timeshighereducation.com/student/best-universities/top-universities-best-student-staff-ratio>. Acesso 18/12/2018.

⁵ World University Rankings 2019, THE World University Rankings. Disponível em https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking#!/page/0/length/25/sort/by/rank/sort_order/asc/cols/stats. Acesso 18/12/2018.

do repasse financeiro do Estado para a Universidade”, quase nada foi feito nesse sentido desde então.

Resulta da discussão apresentada nessa seção a seguinte premissa para a reforma acadêmica:

Premissa 2: Descartar qualquer expansão e/ou criação de cursos até que as contratações de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como a revitalização da infraestrutura dos cursos existentes, sejam plenamente atendidas.

3. CONDIÇÕES DE TRABALHO DA UNESP

Os protagonistas das ações a serem desencadeadas visando a reforma acadêmica são os servidores docentes e técnicos-administrativos da UNESP, trabalhando em sinergia e em harmonia nos Conselhos de Curso, nos Departamentos e em outras instâncias para que todas as ações necessárias atinjam os objetivos e metas estabelecidos na reforma. Embora evidente e muito importante, a questão da defasagem salarial não é abordada aqui, pois não faz parte do escopo de uma reforma acadêmica.

Há duas ações elencadas no PDI 2009 que respaldam a noção de protagonismo dos seus servidores, a saber:

- “Valorizar permanentemente o corpo docente e técnico-administrativo por intermédio de seus planos de carreira”;
- “Capacitar gestores para o exercício das atividades de planejamento, organização e avaliação”.

Não obstante, pouco a pouco, de início, e, com o passar dos anos, de forma cada vez mais acelerada, as condições de trabalho vêm se degradando. Na parte 2, uma parcela dessa degradação é demonstrada pelo aumento da relação alunos/servidores. Contribui também o aumento da oferta de cursos de graduação, advinda principalmente dos dois ciclos de expansão. Havia 80 cursos em 1997 e 117 em 2005. Atualmente, são 136 cursos de graduação. A relação docentes/curso vem diminuindo: 41 docentes/curso em 1997, 29 docentes/curso em 2005 e 25 docentes/curso em 2017. Naturalmente, a diminuição dessa relação implica em aumento de carga horária em sala de aula e fora dela, como atendimento extraclasse, preparação de aulas, correção de provas e trabalhos, dentre outras tantas atividades acadêmicas envolvendo docentes. É interessante quantificar o aumento de carga horária, mas seria necessário ter acesso às estruturas curriculares dos cursos em suas respectivas épocas, que não estão facilmente disponíveis. Mesmo sem quantificar, fica claro que a carga de trabalho docente aumenta não só por causa do aumento de carga horária em sala de aula, mas também pelo aumento do número de alunos atendidos. Análise similar poderia ser feita para os servidores técnicos-administrativos, com resultados qualitativamente semelhantes.

Aumento também expressivo se deu nos cursos de pós-graduação⁶: eram 103 programas em 2005 e hoje são 150. A relação docentes/cursos⁷ de pós-graduação caiu de 33 docentes/curso em 2005 para 23 docentes/curso em 2017. Novamente, a diminuição da relação implica em maior carga de trabalho, dessa vez com atividades como orientações, bancas, leituras de teses,

⁶ Não foram encontrados dados anteriores a 2005.

⁷ Tomando o número total de docentes. A relação correta levaria em conta somente os docentes credenciados, mas estes dados de anos anteriores não estão facilmente disponíveis.

publicações, sala de aula e outras atividades correlatas. Intimamente relacionadas às atividades de pós-graduação estão as atividades de pesquisa, que implicam em carga de trabalho de busca de financiamento externo, montagem de laboratórios e grupos de pesquisa, publicações, participação em eventos científicos, pressão por internacionalização (frequentemente à custa da “nacionalização”), dentre outras. Há ainda trabalhos voluntários, como pareceres *ad hoc* de agências de fomento e revisão por pares de artigos de congressos e periódicos.

O aumento da carga de trabalho de extensão é difícil de quantificar e mesmo de avaliar. Dado que as atividades de pesquisa e de ensino tomam a maior parte do tempo, atividades de extensão tendem a ficar relegadas. *Relegar atividades de extensão é um erro estratégico grave.* É através delas que a universidade se mostra e se justifica para a sociedade que a financia. Se, hoje, a atividade científica e a universidade pública são atacadas, e seus professores são vistos como parte de uma elite privilegiada do funcionalismo público que pouco trabalha e tem três meses de férias por ano, muito se deve ao enfraquecimento da extensão. Não é possível, porém, extensão de qualidade (nem qualquer outra atividade) em um cenário de progressiva degradação de condições de trabalho.

Complementam o quadro de degradação do trabalho dos servidores da UNESP as contratações emergenciais, uma solução prevista para situações temporárias específicas, que acabou se tornando indispensável, muito embora extremamente precária, para a própria sobrevivência de alguns cursos. A adoção de novas tecnologias/metodologias de ensino é uma tentativa de buscar alternativas a esta situação, mas deve ficar muito claro que sua adoção não eliminará ou reduzirá a carga de trabalho das atividades de docência e pesquisa. Pelo contrário, exigirá mais aperfeiçoamento e dedicação dos docentes não só para utilizar todo o potencial dessas tecnologias/metodologias, como também, e principalmente, estabelecer os referenciais teóricos-pedagógicos que justifiquem sua adoção, visando sempre a melhoria da qualidade do ensino. Mais ainda, novas tecnologias/metodologias requerem investimento, tanto em infraestrutura como em capacitação e treinamento. Não devem, portanto, serem adotadas impensadamente de modo a conduzir à precarização de trabalho e muito menos servir de pretexto para a não reposição do quadro docente. Também é importante frisar que a renovação, atualização e formação dos quadros docente e técnico-administrativo, incluindo o apoio à capacitação de pessoal com vistas a atividades de internacionalização, são fundamentais para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento de mais competências na produção técnico-científica da Universidade.

Os trabalhadores são os verdadeiros protagonistas das ações que fazem a UNESP ser o que é, como acontece em todas as organizações que produzem e difundem conhecimento. Aceitar como natural a desvalorização do trabalho é cruel e cria um ambiente de desmotivação, de insatisfação e até mesmo de frustração, estresse e ansiedade. Tal ambiente é hostil à sustentabilidade e, para evitá-lo, uma reforma acadêmica deve:

- Recuperar condições de trabalho, com cargas horárias compatíveis com a possibilidade de produção de conhecimento inovador e atuação na sociedade através de extensão.
- Fortalecer condições para extensão efetiva e de qualidade.
- Retomar os planos de carreira, valorizando o trabalho de todos.
- Melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades acadêmico-administrativas e de apoio às atividades-fim (revitalização das bibliotecas como espaços de ensino, aprendizagem e *coworking*, aperfeiçoamento e adequação dos laboratórios de ensino, capacitação para internacionalização, entre outros).
- Aperfeiçoar o PAADES, com pagamento de bolsa a todos os discentes de PG inseridos no programa, para que estes sejam valorizados e motivados no exercício de assistência à docência.

Portanto, a premissa resultante dessa discussão é:

Premissa 3: Comprometer-se a recuperar a qualidade e as condições de trabalho dos protagonistas da UNESP.

4. PRÁTICA PEDAGÓGICA NA UNESP

Novas metodologias de ensino, ferramentas didáticas e tecnologias de informação têm grande apelo em ambientes acadêmicos. No entanto, a adoção desses métodos é justificada quase sempre de modo superficial e genérico, tais como adequação às exigências do mercado de trabalho ou adequação à realidade contemporânea de rápidas e crescentes mudanças. Em outras palavras, quase não há justificativas pedagógicas para adoção destes métodos ou ferramentas e nem a preocupação de se estabelecer um referencial teórico que suporte seu uso.

Ora, sem uma justificativa pedagógica robusta, a adoção de novos métodos é meramente instrumental. Este foco instrumental é corroborado por George⁸, ao afirmar que educadores investem muito esforço “no que” deve ser ensinado, enquanto o “como” engajar, esclarecer e nutrir o amor pelo aprendizado e pelo desejo de saber é frequentemente ignorado. Por outro lado, o apelo instrumental é forte, pois tem potencial de diminuir a presença de professores e alunos em sala de aula. Se há vantagens por um lado, por outro pode ser utilizado como pretexto para evitar novas contratações de professores e servidores-técnicos-administrativos (ver partes 2 e 3), o que não é admissível numa reforma acadêmica que se diz sustentável.

Havendo justificativas pedagógicas pertinentes, respaldadas por linhas de pensamento bem estabelecidas na literatura, a adoção de novas metodologias de ensino, ferramentas didáticas e tecnologias de informação requer, sem dúvida, a capacitação e atualização dos docentes, bem como de pessoal técnico-administrativo de apoio na operação da infraestrutura requerida (convém mencionar que são necessários recursos para construir uma infraestrutura, principalmente de rede e ambientes, que permita o efetivo funcionamento dos novos métodos). Mais ainda, com a adoção do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), a UNESP passa a destinar 50% das vagas por ingresso no vestibular para alunos egressos de escolas públicas. Nesse cenário, torna-se fundamental capacitar os docentes na adoção de práticas e métodos, fundamentados em referenciais teóricos educacionais, visando o aprendizado de conteúdos por parte dos estudantes na faixa etária de ingresso no ensino superior.

A universidade dispõe de um grupo dedicado a essas questões, o CENEPP: Centro de Estudos e Práticas Pedagógicas. As oficinas oferecidas pelo CENEPP visam permitir o entendimento das principais linhas de pensamento dentro da educação e a reflexão sobre a adoção de referenciais teóricos educacionais, para posteriormente escolher caminhos a seguir. A autonomia consciente do docente em sala de aula é premissa fundamental para o seu trabalho, pois “não há método único de ensino, mas uma variedade de métodos, cuja escolha depende dos conteúdos do que se pretende abordar, das situações didáticas específicas e das

⁸ GEORGE, L. Socrates on Teaching: Looking Back to Move Education Forward. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 3970-3974, 2015. ISSN 1877-0428. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.01.1142>>. Acesso 26/05/2018.

características socioculturais e de desenvolvimento das pessoas envolvidas”⁹. O CENEPP também poderia funcionar como instituto de pesquisa e extensão em aprendizado de jovens (maiores de 16) e adultos, desenvolvendo e divulgando estudos sobre o aprendizado nessas faixas etárias, podendo inclusive desenvolver habilidades e oferecer cursos (extensão) aos professores do sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc). Desempenharia também o papel de nucleador na formação de professores para o Ensino Superior com ênfase no aprendizado.

Dessa discussão resulta a seguinte premissa para reforma acadêmica:

Premissa 4: Incentivar e consolidar iniciativas como a do Centro de Estudos de Práticas Pedagógicas (CENEPP/UNESP), cuja missão deve ser zelar pela qualidade pedagógica dos cursos da universidade e pela capacitação dos servidores docentes e técnicos-administrativos envolvidos com atividades de ensino.

⁹ LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013. 288p.

5. ESTATUINTE E PROTAGONISMO DOS CONSELHOS DE CURSO

Antes de mais nada, torna-se imperativo em uma reforma acadêmica reconhecer oficialmente e formalizar a existência dos Conselhos de Curso no Estatuto¹⁰ e no Regimento Geral¹¹ da UNESP. De fato, o Regimento Geral não faz menção alguma aos Conselhos de Curso e a única menção a eles no Estatuto é no Artigo 55, item V:

Artigo 55 - Compete ao Conselho de Departamento:

(...)

V - coordenar os planos de ensino das disciplinas do Departamento, ouvidos os Conselhos de Curso.

(...)

A situação é embaraçosa por dois motivos: o mais óbvio é que os Conselhos de Curso são instâncias administrativas não previstas oficialmente no Estatuto nem no Regimento Geral; o motivo mais sutil é que, quando são mencionados no Estatuto, os são em uma condição meramente assessora dos Departamentos. Há outros itens estatutários e regimentais problemáticos e que, no âmbito de uma reforma acadêmica, poderiam ser debatidos e revistos por uma Assembleia Universitária Estatuinte, de ampla representatividade e reunida especificamente para este fim.

Mesmo que sejam instâncias sem reconhecimento oficial, os Conselhos de Curso existem de fato. Numa reforma acadêmica, os Departamentos e os Conselhos de Curso de Graduação e de Pós-graduação devem ser as primeiras instâncias a serem ouvidas, já que são as estruturas acadêmicas que estão na linha de frente das atividades-fim da Universidade. Pela mesma razão, qualquer iniciativa de estruturação e/ou reformulação dos cursos e de escolha dos métodos adotados para a transmissão do conhecimento deve partir dos Conselhos de Curso. Afinal, os Conselhos de Curso de Graduação:

- Elaboram os projetos político-pedagógicos dos cursos baseados nas legislações, delineadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação, pertinentes a cada curso de graduação.
- Dialogam com os Conselhos Regionais e Federais de cada profissão.
- Registram a experiência em como transmitir saberes específicos aos profissionais formados por cada curso.

Em alguma medida, este entendimento pode ser estendido aos Conselhos de Curso de Pós-graduação. Propostas como fusão de cursos de pós-graduação poderiam ser levadas a cabo, não só ouvindo os Conselhos de Curso envolvidos, bem como atentando às diretrizes da

¹⁰ Disponível em https://www2.unesp.br/Home/secgeral/estatuto-consolidado-ago-2018-_2_.pdf. Acesso 27/02/2019.

¹¹ Disponível em <https://www2.unesp.br/Home/secgeral/regimento-geral-ago-2018.pdf>. Acesso 27/02/2019.

Coordenadoria de Avaliação da área em que os cursos a serem fundidos estão inseridos. Além disso, os Conselhos de Curso de Pós-graduação:

- Estão em contato direto com as Coordenadorias de Avaliação da CAPES.
- Devem procurar seguir os critérios de avaliação de cada área específica, visando melhorar os conceitos dos programas e assim os consolidando.
- Devem buscar a excelência dos programas.

Para o pleno desenvolvimento das atividades-fim da Universidade, os Departamentos e Unidades desempenham papel fundamental, principalmente no que diz respeito:

- À nucleação dos docentes em linhas de pesquisa.
- Ao zelo pelo desenvolvimento do trabalho docente.
- À proposição de regime de trabalho adequado ao docente.
- À definição do perfil do profissional a ser contratado.

Assim, em virtude do anacronismo do Estatuto e do Regimento Geral, das especificidades dos cursos e dos perfis dos profissionais que cada Unidade se propõe a formar, a reforma acadêmica deveria ter como premissa:

Premissa 5: Realizar Assembleia Universitária Estatuínte, de ampla representatividade, na qual, entre outros, se busque promover, fortalecer e efetivar a autonomia dos Conselhos de Cursos de Graduação e Pós-graduação, dos Departamentos e das Unidades.

6. REAFIRMAÇÃO DOS VALORES E MISSÃO DA UNESP E DE UMA REFORMA ACADÊMICA SOCIALMENTE REFERENCIADA

Reconhecidamente a UNESP tem tido papel de destaque na implementação do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) entre as universidades públicas estaduais paulistas, e até mesmo no conjunto de todas as universidades públicas do país. Dados do Relatório do Vestibular da UNESP¹² revelam que aproximadamente 50% das vagas oferecidas são de fato preenchidas por estudantes que cursaram todo o ou a maior parte do ensino médio em escolas públicas.

Este é um caso de sucesso da UNESP no engajamento de políticas de inclusão social promovidas pelo Estado, assim como a expansão de vagas. Esta, porém, não foi acompanhada por financiamento público para que, por exemplo, a UNESP pudesse promover uma política consolidada de permanência estudantil. Uma vez que políticas de inclusão social são políticas de Estado, é natural concluir que a permanência estudantil deveria ser mantida com recursos do tesouro (estadual ou federal), pois a permanência estudantil é parte das políticas de inclusão social do Estado.

O financiamento público da permanência estudantil não exclui as doações de pessoas físicas e/ou jurídicas para mantermos os estudantes oriundos de família de baixa renda na UNESP. As doações são formas de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Universidade em termos de inclusão social, principalmente se elas são realizadas sem nenhuma contrapartida por parte da UNESP ao doador. Por outro lado, sensibilizar doadores em potencial passa, necessariamente, pelo fortalecimento das atividades de extensão (ver parte 3), sem o que os doadores podem não perceber o valor da universidade pública para a sociedade. Cabe enfatizar que doações são recursos ocasionais e, como tal, não constituem um método sustentável, mesmo que fosse criado um fundo patrimonial com as doações com o propósito de fortalecer e ampliar a permanência estudantil.

Mesmo que programas como o REUNI (universidades e institutos federais), FIES e PROUNI tenham ampliado muito a oferta de vagas, é visível que o preenchimento dessas vagas não é uniforme, bem como não atingiu sua otimização. Esta assimetria não é uma particularidade da UNESP. Não obstante, o relatório *Education at a Glance 2017*¹³ mostra que apenas 15% dos brasileiros entre 25 e 34 anos estão no ensino superior, contra 37% na OCDE, 21% na Argentina e 22% no Chile e na Colômbia. Conclui-se então que ainda há algo a ser feito no sentido de preencher as vagas ofertadas. Poderíamos desenvolver algumas atitudes na divulgação dos nossos cursos, mostrando as oportunidades que oferecemos, acompanhada da

¹² Ver por exemplo Relatório Vestibular UNESP 2017, pp. 186-201. Disponível em <https://www.vunesp.com.br/Institucional/EstatisticaVestibular>. Acesso 20/12/2018.

¹³ Education at a glance.

<https://oecd-ilibrary.org/ez87.periodicos.capes.gov.br/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1542831964&id=id&accname=ocid54025470&checksum=FCB07190B2E89AD72655FD2A4A00380C>. Acesso 20/12/2018.

garantia de uma política de permanência estudantil junto aos potenciais ingressantes vindos da rede pública estadual (Rede). Abrir as perspectivas de muitos daqueles estudantes, muitos dos quais nem mesmo cogitam o ingresso no ensino superior público, indicando-lhes uma possibilidade para o futuro, seria uma ação fomentadora da equidade social e poderia resultar na visibilidade da UNESP junto a um amplo setor da população não inserida no ensino superior. Ainda, visando o melhor aproveitamento dos candidatos, poderíamos estudar a possibilidade de (re)introduzir a segunda opção no vestibular da UNESP ou então adotar algo semelhante ao que faz a USP, em que os vestibulandos escolhem a carreira e depois escolhem os cursos, ordenando-os de acordo com sua preferência.

Outro desafio que pode vir a ser incorporado à reforma acadêmica, e que está intimamente conectado à questão da inclusão social no ensino superior, é a equalização ou nivelamento dos ingressantes. Talvez esta questão ainda não esteja colocada para todos os cursos da UNESP, mas dados¹⁴ do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), revelam, por exemplo, que sete de cada dez alunos do 3º ano do ensino médio têm nível insuficiente em português e matemática (entre os estudantes desta etapa de ensino, menos de 4% têm conhecimento adequado nestas disciplinas). Uma forma de mitigar eventuais insuficiências detectadas em ingressantes seria a criação de projetos de nivelamento, de acordo com as insuficiências detectadas nestes e em conformidade com os conhecimentos básicos que se espera do ingresso em cada curso.

Os projetos de nivelamento envolveriam todo o corpo docente de cada Unidade. Poderiam envolver também os estudantes de graduação que atuam como professores dos cursinhos preparatórios para o vestibular que existem em diversas unidades da UNESP. Como forma de incentivar o ingressante a participar destes projetos, poderia se vincular uma bolsa (de auxílio permanência estudantil e/ou de inclusão) a um projeto científico-acadêmico e/ou de nivelamento desenvolvido pelos ingressantes beneficiados, sob a orientação de docentes. Estes projetos devem visar o desenvolvimento dos ingressantes envolvidos, não o enriquecimento do currículo do docente. Mesmo que o ingressante beneficiado não necessite de nivelamento, o desenvolvimento de um projeto acadêmico pode enriquecer sua formação, seja por culminar em um trabalho de conclusão de curso, seja pela oportunidade que o ingressante tem de desenvolver habilidades científico-tecnológicas ou de inovação e empreendedorismo. A prestação de serviços como forma de compensação pelo recebimento da bolsa não é adequado e deve ser desconsiderado.

Uma questão fundamental é decidir do que se trata o atendimento das demandas da sociedade que custeia a Universidade. Com certeza não seria atender a uma parcela pequena e já privilegiada, normalmente caracterizada como “mercado” (produtivo, financeiro entre outros). Embora esta parcela da sociedade possa e deva ser atendida pela formação adequada de recursos humanos, deve-se reconhecer que há uma grande parte da sociedade brasileira

¹⁴ Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31992>. Acesso 27/02/2019.

muito mais necessitada de atenção do Estado, tendo a universidade pública como agente dessa atenção. A rigor, a melhor maneira de ser fiel à missão e visão de futuro da UNESP, como preconizada no PDI 2009, seria focar em uma formação básica sólida dos estudantes, tanto do ponto de vista técnico quanto na dimensão humanística. Serão egressos com este tipo de formação que poderão ter condições tanto de melhor compreender e se adaptar a tecnologias rapidamente mutáveis, quanto de responder às mais candentes necessidades da sociedade.

Portanto, tendo em vista o anteriormente discutido, a reforma acadêmica deve:

- Estabelecer uma política eficaz e perene de permanência estudantil, em parceria com os governos estadual e federal.
- Introduzir a segunda opção no vestibular da UNESP e avaliar alternativas de ingresso.
- Criar projetos de nivelamento dos ingressantes, de acordo com as insuficiências identificadas e em conformidade com os conhecimentos básicos que se espera do ingressante em cada curso.
- Vincular bolsa (auxílio permanência estudantil e/ou de inclusão) a projeto científico-acadêmico e/ou de nivelamento desenvolvido pelos ingressantes beneficiados, sob a orientação de docentes.

A premissa resultante dessa seção é:

Premissa 6: A reforma acadêmica deve ser socialmente referenciada (ou então não é reforma).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões anteriormente colocadas foram, sempre que possível, amparadas em dados de fontes idôneas e de fácil acesso, bem como em referências bem estabelecidas nos assuntos em questão. Com isso, mais do que a aderência ao que é consagrado na metodologia científica (de resto, uma obrigação profissional de qualquer docente de nível superior), pretendeu-se ter um diagnóstico bem fundamentado da atual situação da UNESP e, com base no que foi diagnosticado, propor os elementos norteadores para uma reforma acadêmica. Tais elementos estão consolidados e resumido nas premissas resultantes das discussões anteriores, que são aqui apresentadas de forma conjunta:

Premissa 1: A reforma acadêmica deve ser norteadada pela missão e princípios elencados no PDI 2009, entendidos como cláusulas pétreas.

Premissa 2: Descartar qualquer expansão e/ou criação de cursos até que as contratações de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como a revitalização da infraestrutura dos cursos existentes, sejam plenamente atendidas.

Premissa 3: Comprometer-se a recuperar a qualidade e as condições de trabalho dos protagonistas da UNESP.

Premissa 4: Incentivar e consolidar iniciativas como a do Centro de Estudos de Práticas Pedagógicas (CENEPP/UNESP), cuja missão deve ser zelar pela qualidade pedagógica dos cursos da universidade e pela capacitação dos servidores docentes e técnicos-administrativos envolvidos com atividades de ensino.

Premissa 5: Realizar Assembleia Universitária Estatuínte, de ampla representatividade, na qual, entre outros, se busque promover, fortalecer e efetivar a autonomia dos Conselhos de Cursos de Graduação e Pós-graduação, dos Departamentos e das Unidades.

Premissa 6: A reforma acadêmica deve ser socialmente referenciada (ou então não é reforma).

Fica patente que a UNESP como instituição pública, representada por dirigentes que são escolhidos dentre seu próprio quadro funcional, tem o dever de valorizar adequadamente seus recursos humanos. A valorização não se limita a garantir condições justas de trabalho e dignidade pelo reconhecimento de seu valor profissional (incluindo-se neste quesito, necessariamente, a questão salarial), mas especialmente por ouvir e acolher, de forma democrática, a comunidade acadêmica e sua diversidade de entendimentos acerca dos fatores envolvidos nas decisões dos caminhos da Universidade. É importante também demonstrar à sociedade o valor da Universidade pública, gratuita e de qualidade, não apenas de forma retórica, mas evidenciando o modo como a vida do cidadão é positivamente afetada por

aquilo que aqui é gestado. Talvez seja este o maior papel de uma reforma acadêmica socialmente referenciada.